



Particularidades inerentes ao estudo da Despesa Pública sob o enfoque orçamentário: uma análise das características da Despesa Pública com a utilização de Suprimento de Fundos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Raíssa Cainny Gonçalves Ferreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
raissacainny@gmail.com

Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
alalcoelho@gmail.com

Christiano Coelho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
floripacoelho@gmail.com

Juliana Kowalski Coelho Mazzali
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
jukowalski@yahoo.com.br

Resumo

As despesas, dentro da administração pública, estão subordinadas a etapas que compreendem os processos de planejamento e execução. Contudo, existem despesas que possuem um caráter de excepcionalidade, e que ocorrem de forma peculiar. É o caso do suprimento de fundos. Diante disso, este estudo se propôs a analisar as características da despesa pública com suprimento de fundos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa possui caráter descritivo e tem uma abordagem predominantemente qualitativa. Para a sua consecução foram analisadas as notas de empenho emitidas pela UFRN a título de suprimento de fundos em 2012 e 2013. Dentre os resultados encontrados, destaca-se que as funções educação e saúde e as subfunções educação superior e assistência hospitalar e ambulatorial são mais utilizadas pela administração da UFRN. Os elementos materiais de consumo e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – foram identificados como os mais recorrentes para o uso de suprimento de fundos. Os subitens das despesas, em 2012, que tiveram maior representatividade foram os combustíveis e lubrificantes automotivos e os gêneros alimentícios, cujos montantes somados representavam pouco mais de 50% do gasto total no ano. As mudanças ocorridas no processo de uso de suprimento de fundos podem ser comuns, principalmente quando há troca de gestores, pois novas necessidades podem ser sentidas. Isso não implica, necessariamente, na má gestão de recursos, desde que todos os gastos decorrentes de suprimento de fundos estejam em consonância com a legislação. Trata-se, pois, da essência do uso.



Palavras-chave: Cartão de Pagamento do Governo Federal. Despesa pública. Suprimento de fundos.

1 INTRODUÇÃO

A despesa pública pode ser compreendida como um gasto de recurso público em função de alguma ação governamental a favor de interesses coletivos. Ocorre em ritos próprios, conforme determina a legislação vigente, obedecendo, pois, a etapas para a sua consecução. Essas etapas compreendem desde a fixação dos gastos a serem executados ao respectivo pagamento.

Para a consecução do gasto público, a administração pública deve selecionar as melhores condições para adquirir materiais e contratar obras e serviços. Logo, destaca-se que o processo licitatório é uma prerrogativa para a realização do gasto público.

Contudo, em virtude de questões como a escassez do tempo necessário para que se realizem determinadas etapas da despesa, existem situações em que ocorrem despesas dotadas do caráter de excepcionalidade. Tem-se, portanto, a necessidade de flexibilizar a execução de despesas à margem do trâmite burocrático modelar.

Para atender a essas despesas excepcionais na administração pública, foi regulamentado o regime de adiantamento ou suprimento de fundos. A aplicação dessa modalidade de despesa, prevista na Lei 4.320/1964, consiste na entrega de numerário a um servidor para a finalidade de realização de despesas que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação.

Tal modalidade de despesa é utilizada para suprir as necessidades públicas em três casos, previstos no Decreto-Lei 93.872/1996 como os de despesas eventuais que exijam pronto pagamento, despesas de caráter sigiloso e despesas de pequeno vulto.

A característica peculiar dessa forma de executar a despesa é que ocorre a entrega de recursos ou autorização de gastos a um servidor, para que este preste contas, posteriormente, da utilização efetiva do recurso, acreditando-se no uso regular do recurso. Ao apresentar a prestação de contas do recurso utilizado ou não, o servidor submete-se ao processo de controle da administração pública.

A concessão do suprimento de fundos pode ocorrer de duas formas. A primeira delas é a forma tida por “tradicional”, que corresponde à disponibilização de caixa em conta bancária do tipo B, para ser movimentada pelo servidor responsável pelo uso do suprimento. A segunda, que surgiu mais recentemente, é o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF). Funciona, basicamente, como um cartão de crédito corporativo em duas modalidades: saque e fatura. Dessa forma, o servidor é portador do cartão e operacionaliza as aquisições provenientes do uso de suprimento de fundos.

Acerca do uso de suprimento de fundos, Campos e Chaves (2006), já afirmavam que a realização de gastos por meio dessa modalidade de despesa movimentava anualmente pouco mais de R\$ 200 milhões e ainda previam uma tendência de sua expansão.

Dessa forma, investigar os produtos, seja aquisição de bem ou serviços, frutos do uso dessa modalidade de despesa em uma realidade específica contribui para aclarar e formar conhecimento acerca do tema. E, ao realizar o levantamento do total de gastos das universidades



federais que possuem seus centros administrativos situados nas capitais dos estados da Região Nordeste do Brasil, percebeu-se que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) junto ao seu Complexo Hospitalar deteve o maior volume de gastos diretos do governo federal.

Tendo em vista o exposto, ao realizar a presente pesquisa adotou-se como tema a despesa pública no tocante à modalidade de suprimento de fundos, do qual se extrai a pergunta que constitui o fio condutor da investigação a ser realizada: como ocorre a despesa pública na utilização de suprimento de fundos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte?

Esta pesquisa tem, pois, o objetivo de analisar as características da despesa pública na modalidade de suprimento de fundos da UFRN.

2 METODOLOGIA

No que se refere à classificação de uma pesquisa, Longaray et al. (2006), afirmam a necessidade de se escolher a tipologia da pesquisa que coaduna com o problema formulado ou com as hipóteses. Sendo assim, a tipologia desta pesquisa, quanto aos objetivos é de caráter descritivo, quanto aos procedimentos é documental e tem abordagem qualitativa.

Para a consecução da pesquisa, foram analisadas 188 notas de empenho emitidas a título de suprimento de fundos na UFRN durante os exercícios financeiros de 2012 e 2013. O acesso a essas notas foi possível através do Portal da Transparência do Governo Federal, mantido pela Controladoria Geral da União. Ao acessar o portal, através da consulta no campo “Despesas”, é possível observar o campo de “Informações Diárias – Detalhamento Diário de Despesas”. É possível buscar os detalhes de despesas, na página da consulta, através do período em que está inserido a despesa, sua fase, órgão superior ou favorecido. Quando se trata dessa pesquisa, as consultas foram feitas através do CPF do favorecido, nesse caso o portador do CPGF, selecionando o período mês a mês.

Foram selecionadas as principais informações contidas em cada nota de empenho, agrupadas por servidor portador do CPGF. Entre essas informações estão o tipo de empenho, espécie, unidade gestora, valor, esfera do orçamento na qual está inserido, fonte de recursos, função, subfunção, programa, ação, categoria econômica da despesa, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa, subitem de despesa, respaldo legal para o gasto, dentre outros.

Também foi investigado o perfil dos servidores portadores do CPGF na UFRN, na busca de encontrar similaridade entre o cargo ocupado e o objeto fruto do gasto com suprimento de fundos. Ademais, buscou-se sintetizar os perfis de fornecedores de suprimento de fundos, indicando as categorias que foram encontradas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade dotada de personalidade jurídica própria que integra a administração indireta. Está localizada na região Nordeste do Brasil, na cidade de Natal, capital

do Estado do Rio Grande do Norte.

Sua administração pode ser observada por meio de seu organograma, que compreende oito pró-reitorias que auxiliam em suas atividades fins. É subdividida em Centros de ensino: de Tecnologia (CT), de Biociências (CB), de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), de Ciências da Saúde (CCS), de Ciências Exatas e da Terra (CCET), de Educação (CE) e de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). (UFRN, 2014)

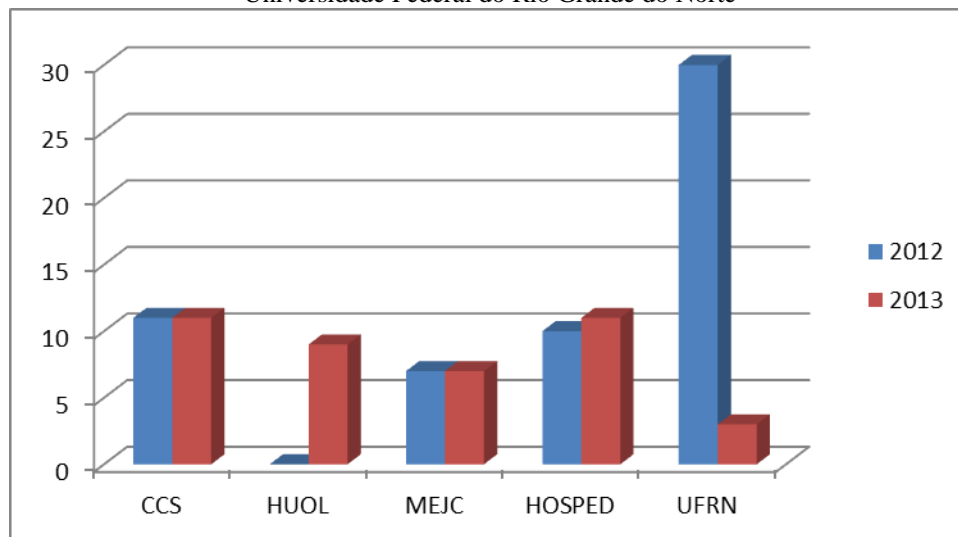
Possui também algumas unidades suplementares, entre elas o Complexo Hospitalar da UFRN. Esse complexo é composto pela Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC), Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB), Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) e pelo Hospital de Pediatria Professor Heriberto Bezerra (HOSPED), estando os dois últimos atualmente em processo de fusão. (UFRN, 2014)

Das 188 notas de empenho emitidas a título de suprimento de fundos na UFRN, 112 correspondem ao exercício financeiro de 2012, das quais 54 são originais, 54 são anulações, uma corresponde a um estorno e três a reforços. No exercício de 2013, por sua vez, foram emitidas 76 notas de empenho com suprimento de fundos na UFRN, onde 41 delas correspondiam a empenhos originais e 35 a anulações.

Contudo, para efeitos de análise dos aspectos orçamentários da despesa, optou-se por usar apenas as notas de empenho do tipo originais, devido às do tipo anulação só serem emitidas para cancelar total ou parte do crédito orçamentário ora empenhado e que não foi utilizado, gerando, consequentemente, dupla contagem para análise.

Sendo assim, o gráfico a seguir apresenta as notas de empenho originais emitidas por unidade gestora nos dois exercícios financeiros analisados:

Figura 1: Quantidade de notas de empenho originais emitidas a título de suprimento de fundos em 2012 e 2013 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Extraí-se do gráfico que as unidades gestoras CCS, MEJC e HOSPED apresentaram

comportamento semelhante durante os dois anos analisados no que tange à emissão de empenho com suprimento de fundos. A unidade gestora HUOL não fez uso do CPGF em 2012 e houve queda no número de empenhos da UG UFRN de 2012 para 2013.

Dentro do total de empenhos emitidos, nos dois anos analisados, todos eles advieram do crédito orçamentário da Lei Orçamentária Anual. No ano de 2012, dos 58 empenhos emitidos, cerca de 69% estavam inseridos na esfera do orçamento fiscal e correspondem às unidades gestoras UFRN e CCS. Os 31% restantes estavam inseridos no orçamento da seguridade social, englobando todos os empenhos das unidades gestoras MEJC e HOSPED e apenas um dos empenhos da unidade gestora CCS.

No ano de 2013, entretanto, observa-se um cenário um tanto que inverso. Cerca de 34% das 41 notas de empenho originais estavam inseridas dentro da esfera do orçamento fiscal e 66% na esfera da seguridade social. Os hospitais, especificamente, tiveram seus créditos utilizados com suprimento de fundos advindos dessa última esfera, enquanto as unidades gestoras UFRN e CCS na do orçamento fiscal.

Esse fato por ser explicado pela redução no número de empenhos emitidos a título de suprimento de fundos para a unidade gestora UFRN, conforme demonstrado na figura 1. As notas de empenho emitidas para esta unidade gestora tinham como fonte, predominantemente, os Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

As fontes de recursos que financiaram o crédito utilizado dentro do orçamento fiscal foram, para ambos os anos analisados, a de Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e a de Recursos Próprios Não-financeiros. No ano de 2012, apenas, Recursos Ordinários também financiaram os gastos com o CPGF.

Dentro do orçamento da seguridade social, por sua vez, a fonte de recursos que financiou as despesas com suprimento de fundos de 2012 e 2013 foi a de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). De acordo com o anexo IV da Portaria nº 01/2001 da Secretaria de Orçamento e Finanças, as fontes de recursos citadas tem os códigos listados no quadro 1:

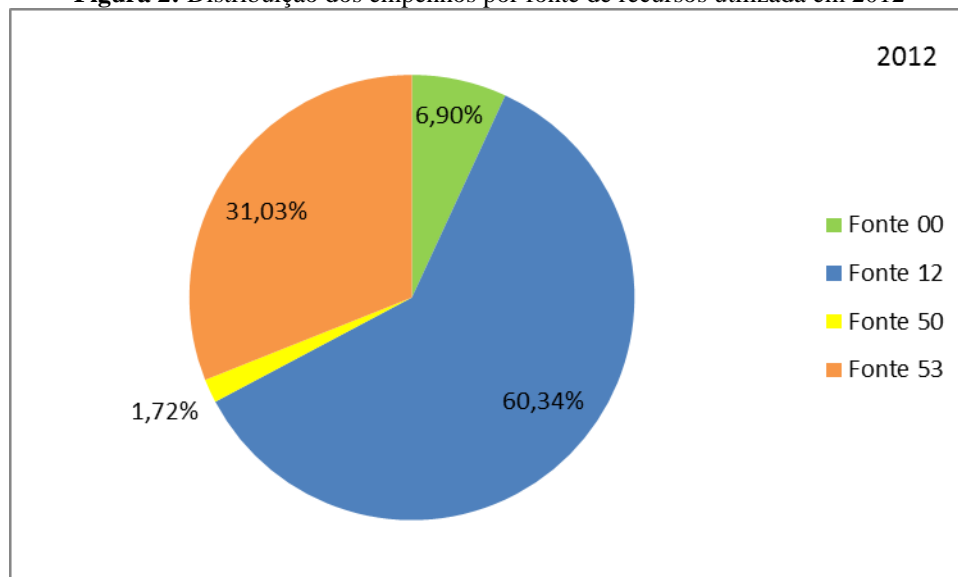
Quadro 1 – Fontes de recursos das despesas com suprimento de fundos na UFRN

Código	Especificação
00	Recursos Ordinários
12	Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
50	Recursos Próprios Não-Financeiros
53	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS

Fonte: Adaptado de BRASIL (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), 2001.

A distribuição percentual das fontes de recursos que financiaram os créditos utilizados com suprimento de fundos na UFRN ocorre em duas situações. Na primeira delas, em 2012, tem-se quatro fontes de recursos, com o destaque da fonte de Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Tal fonte financiou 60,34% das despesas com suprimento de fundos da universidade conforme pode-se observar na figura 2:

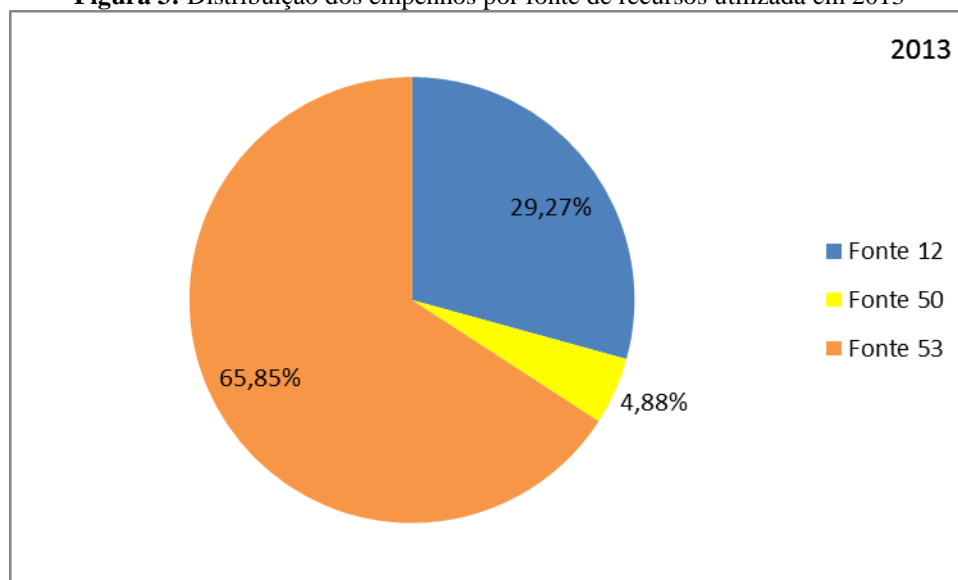
Figura 2: Distribuição dos empenhos por fonte de recursos utilizada em 2012



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na figura 3, por sua vez, é possível observar as fontes de recursos utilizadas em 2013. A de maior destaque foi a COFINS. De acordo com Carregal (2009), a verbas arrecadadas a título de COFINS estão vinculadas ao financiamento das atividades-fim de saúde, assistência social e previdência. Isso justifica tal fonte de recursos ter financiado as demandas atendidas através do CPGF pelos hospitais da universidade.

Figura 3: Distribuição dos empenhos por fonte de recursos utilizada em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.



No que tange às classificações da despesa pública, A classificação institucional da despesa com suprimento de fundos na UFRN tem como órgão o MEC e como unidades orçamentárias a UFRN e seu complexo hospitalar. Logo, no que tange à classificação institucional da despesa na universidade, ela só se dará das seguintes formas:

Quadro 2 – Classificação Institucional da despesa na UFRN

Órgão		Unidade Orçamentária	
Código	Descrição	Código	Descrição
26000	Ministério da Educação	26243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
		26374	Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quanto às classificações funcional e programática foi constatado que todos os empenhos realizados na esfera do orçamento fiscal estão inseridos dentro da função Educação e da subfunção Ensino Superior e correspondem ao programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Esse programa, identificado pelo código numérico 2032, foi previsto na LOA de 2012 e tem 348 ações (MPOG, 2014). Em se tratando do uso de suprimento de fundos pela UFRN, foram encontrados empenhos que tinham como ações dentro desse programa: Funcionamento das Universidades Federais; Fomento às ações de Ensino, Pesquisa e Extensão; Reestruturação e Expansão das Universidades Federais; e Assistência ao Estudante de Ensino Superior. Esta, apenas no exercício de 2012.

Em consulta ao Relatório de Gestão do MEC (2013) foi possível identificar que, dentro da Educação Superior, o programa acima relatado está compreendido entre os principais programas de responsabilidade do MEC para o plano de ação do governo de 2012 a 2015.

O documento afirma que ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país é o principal objetivo do MEC neste eixo de atuação. E que proporcionar este nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

O referido documento ainda traz como um dos objetivos do programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão o de apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior com a finalidade de fortalecer o sistema nacional de educação, o que vem a contribuir para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Logo, percebe-se que tal objetivo está diretamente ligado as finalidades das universidades federais do Brasil.

Ainda tratando das classificações funcional e programática, temos os empenhos inseridos dentro da esfera do orçamento da seguridade social. Esses só ocorrem dentro da função Saúde e da subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial, dentro um mesmo programa e de uma mesma ação.

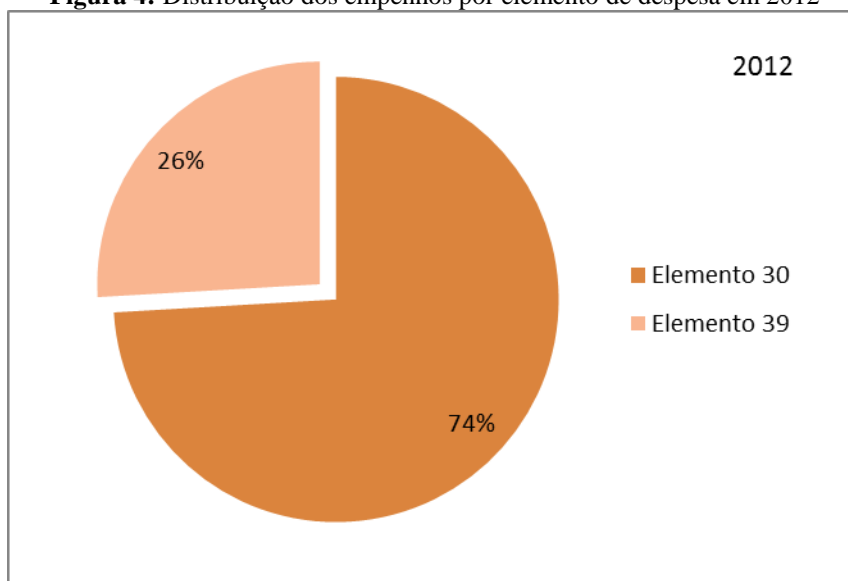
O programa, identificado pelo código numérico 2015, é intitulado Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi previsto no orçamento de 2012 e tem como ação, dentro da

utilização de suprimimento de fundos a Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade. Essa ação tem como produtos atendimentos, consultas, exames, tratamentos, internações, cirurgias e outros procedimentos complementares no SUS quando realizados. (MPOG, 2014)

Quando se trata da classificação da natureza de despesa, todas as despesas com suprimimento de fundos da universidade estão inseridas dentro da categoria econômica de Despesa Corrente, no grupo de natureza econômica Outras Despesas Correntes. Logo, pode-se afirmar que as despesas decorrentes de suprimimento de fundos na UFRN não têm a finalidade de formação ou aquisição de um bem de capital, apesar de haver a previsão no Manual do Sistema Integrado da Administração Pública (SIAFI), previsão para possibilidade de aquisições decorrentes de despesa de capital.

Em relação à modalidade de aplicação, todas as despesas com suprimimento de fundos na UFRN ocorrem a título de Aplicação Direta. Quanto ao elemento de despesa, tem-se:

Figura 4: Distribuição dos empenhos por elemento de despesa em 2012

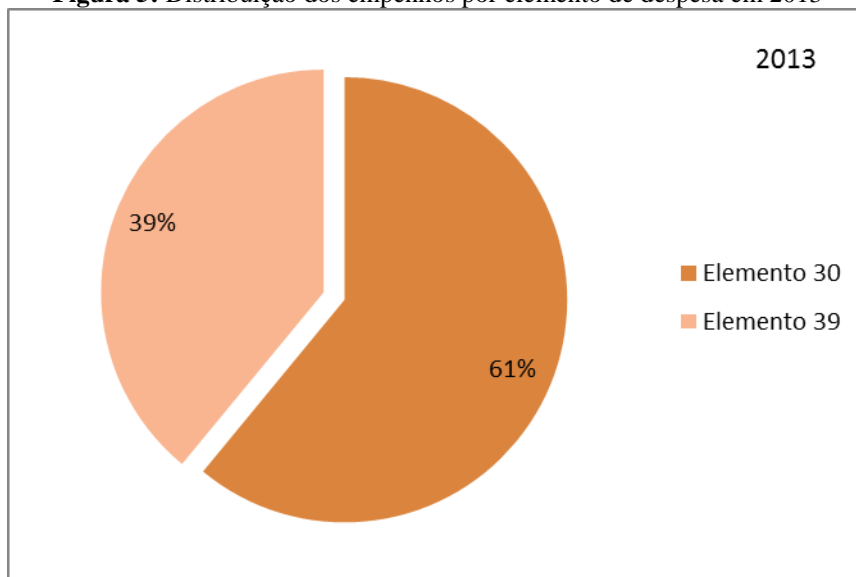


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No exercício de 2012, conforme pode ser observado na figura 4, 26% das despesas foram empenhadas no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. O outro elemento de despesa, com representatividade de 74% das despesas com suprimimento de fundos na UFRN em 2012, é o de Material de Consumo.

No exercício de 2013, por sua vez, 39% foram empenhados com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, ao passo que 61% dos empenhos têm como elemento Material de Consumo:

Figura 5: Distribuição dos empenhos por elemento de despesa em 2013



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Por fim, em todos os empenhos analisados para a realização dessa pesquisa, o subitem de despesa utilizado foi o 96 – Pagamento Antecipado. Essa ocorrência é consequência da orientação dada pelo Manual do SIAFI, que afirma que as despesas decorrentes de suprimento de fundos devem, inicialmente, ser lançadas nesse subitem. A troca também é prevista pelo manual, devendo ocorrer para o subitem da despesa realizada. Entretanto, apenas no exercício de 2012 foram encontradas as Notas de Lançamento de Sistema (NS), lançadas para substituição do subitem de despesa.

No quadro 3 estão elencados os subitens de todas as despesas com suprimento de fundos desse ano, bem como seu montante e percentual do valor total de utilização:

Quadro 3 – Subitens encontrados nas despesas com suprimento de fundos no exercício de 2012

Subitem de despesa	Valor (R\$)	Percentual
1 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.048,85	16,35%
7 - GENEROS DE ALIMENTACAO	15.391,31	35,70%
9 - MATERIAL FARMACOLOGICO	657,60	1,53%
10 - MATERIAL ODONTOLOGICO	223,90	0,52%
16 - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	283,01	0,66%
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	702,22	1,63%
17 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	856,09	1,99%

17 - MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.385,00	5,53%
19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	541,56	1,26%
22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	200,00	0,46%
23 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	128,97	0,30%
24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	2.686,84	6,23%
25 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	3.205,26	7,43%
26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	2.585,43	6,00%
29 - MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	114,00	0,26%
50 - SERV.MEDICO-HOSPITAL.,ODONTOL.E LABORATORIAIS	3.621,00	8,40%
59 - SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO	656,29	1,52%
83 - SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	22,50	0,05%
95 - MANUT.CONSEQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.801,70	4,18%
Total:	43.111,53	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Pode-se observar que 35,7% do montante foi utilizado com gêneros alimentícios. E que gêneros alimentícios e combustíveis e lubrificantes automotivos representam pouco mais de 50% do montante utilizado a título de suprimento de fundos na UFRN em 2012. Além desses subitens, outros que representam mais de 5% do montante total são: manutenção de conservação de máquinas e equipamentos, material para manutenção de bens imóveis/instalações, material para manutenção de bens móveis, material elétrico e eletrônico e serviço médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais.

Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que há uma relação existente entre a despesa executada e o perfil do servidor responsável pelo gasto. Essa observação foi percebida ao confrontar os perfis dos fornecedores com os subitens dos materiais adquiridos a título de suprimento de fundos na UFRN.

Os perfis dos servidores que são portadores do CPGF na universidade estão elencados nos quadros abaixo. O primeiro deles, o quadro 4, apresenta o perfil dos portadores em 2012:

Quadro 4 – Perfis dos portadores do CPGF no exercício financeiro de 2012

Servidor	Unidade Gestora	Cargo	Valor Utilizado	Percentual
A	UFRN	PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	2.396,96	5,56%
B	UFRN	MOTORISTA	126,02	0,29%

C	UFRN	DESENHISTA TECNICO ESPECIALIZADO	1.138,47	2,64%
D	UFRN	NÃO FOI ENCONTRADO	185,14	0,43%
E	UFRN	MOTORISTA	70,00	0,16%
F	UFRN	MOTORISTA	820,51	1,90%
G	UFRN	NÃO FOI ENCONTRADO	81,00	0,19%
H	UFRN	MECÂNICO	380,01	0,88%
I	UFRN	TECNICO EM CONTABILIDADE	1.151,34	2,67%
J	UFRN	MOTORISTA	97,00	0,22%
L	UFRN	MOTORISTA	2.999,36	6,96%
M	CCS	TEC EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	4.729,08	10,97%
N	CCS	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	9.031,80	20,95%
O	CCS	PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	1.729,75	4,01%
P	CCS	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR	6.535,52	15,16%
Q	MEJC	OPERADOR DE MAQ DE LAVANDERIA	2.288,08	5,31%
R	HOSPED	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	8.961,89	20,79%
S	HOSPED	AUXILIAR DE FARMACIA	389,60	0,90%
Total			43.111,53	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Todos os servidores elencados têm a UFRN como órgão de exercício, cada um deles dentro do centro ou unidade suplementar ao qual se vincula, conforme demonstrado na coluna “Unidade Gestora”. Apenas dois dos servidores não tiveram seus dados encontrados no portal da transparência, nem em consulta através do nome nem através do CPF.

Percebeu-se, dentro da unidade gestora UFRN, em 2012, um considerável número de motoristas que faziam uso de suprimento de fundos. Na unidade gestora CCS, por vez, percebeu-se que dos quatro servidores elencados três estão ligados ao departamento de nutrição. Essas informações, quando confrontadas com os subitens das despesas com suprimento de fundos, reforçam a ideia da relação existente entre o portador do CPGF e a despesa com suprimento de fundos. E explicam, conseqüentemente, o consumo de despesas que tem como subitens combustíveis e lubrificantes automotivos e gêneros alimentícios.

Em 2013, com dez servidores a menos, tem-se:

Quadro 5 – Perfis dos Portadores do CPGF no exercício financeiro de 2013

Servidor	Unidade Gestora	Cargo	Valor utilizado	Percentual
A	UFRN	PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	3.336,72	6,85%
M	CCS	TEC EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	13.916,27	28,57%
N	CCS	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	11.517,30	23,65%
Q	MEJC	OPERADOR DE MAQ DE LAVANDERIA	3.235,22	6,64%
T	HOSPED	FARMACEUTICO	1.667,02	3,42%



R	HOSPED	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	8.962,81	18,40%
U	HUOL	ECONOMISTA	1.866,77	3,83%
V	HUOL	ENGENHEIRO-AREA	4.200,00	8,62%
Total:			48.702,11	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Percebe-se um número bem menor de portadores em 2013, e que apenas cinco dos dezoito portadores constantes em 2012 continuam utilizando suprimento de fundos. Em 2013 não foi encontrado o perfil do portador motorista. Os servidores O e P, ambos do curso de Nutrição, deixaram de ser portadores do CPGF em 2013. Entretanto, se observou que o servidor M, técnico em nutrição e dietética passou a gastar um volume maior de recursos. O valor gasto por este servidor durante o exercício de 2013 é bastante semelhante à soma dos valores gastos por ele e pelos servidores O e P em 2012.

Há poucos cargos de confiança dentre os servidores que utilizaram suprimento de fundos na UFRN. Dessa forma, pode-se inferir que estar em função gratificada não é condição para ser portador do CPGF. Reforço a essa evidênciação é dado pelo montante utilizado por cada servidor. Os servidores N, U e V são cargos em gratificação. Embora o N utilize 23,65% do que foi gasto, U e V utilizam 3,83% e 8,62%, respectivamente, montantes esses que não são tão expressivos quanto os de M e R, cargos que não estão em função gratificada.

Não existe um perfil específico de servidor para que este seja portador de suprimento de fundos. Porém, existem perfis que sugerem as finalidades do CPGF. A título de exemplo, tem-se o servidor M, que é técnico em nutrição e dietética. Gêneros alimentícios são produtos que podem ser adquiridos por meio do suprimento de fundos. Em uma aula prática de laboratório de nutrição se faz necessária a existência de alimentos, muitos deles perecíveis. Abrir um processo licitatório para aquisição desse tipo de material pode não ser a melhor opção para a administração pública, em virtude de características como a perecibilidade dos alimentos, por exemplo.

Dentre os motoristas que utilizavam o suprimento de fundos, observa-se que quatro deles também recebiam diárias, além do mecânico, do técnico em contabilidade e dos dois servidores não encontrados no portal da transparência.

Acerca do perfil dos fornecedores, de acordo com o levantamento realizado, foram encontradas as seguintes categorias comerciais e de serviços: copiadora, comércio varejista de ferragens e ferramentas, farmácia, comércio de madeira, comércio de mangueiras hidráulicas, marmoraria, comércio de tecidos, comércio de máquinas e ferramentas, comércio e serviço de parafusos e materiais de construção, comércio de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, livraria, serviço de automações elétricas, comércio de artigos de armarinho, comércio de material elétrico e serviço de instalação e manutenção elétrica, comércio de gêneros alimentícios, supermercados, vidraçaria, comércio de equipamentos de informática, comércio de artigos médicos e ortopédicos, papelaria, serviço de reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos, comércio e serviços de ventiladores, comércio de materiais de construção, comércio de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, comércio de artigos de caça, pesca e camping, comércio de cartuchos de impressora, comércio de lâmpadas e materiais elétricos, comércio de peças e acessórios para veículos automotores e serviços de manutenção e reparação mecânica, comércio de fechaduras e ferragens, laboratório de

hematologia e análises clínicas, empresa de fabricação e manutenção de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação.

Nenhum desses fornecedores recebeu em troca do fornecimento do produto ou serviço valores demasiadamente altos, ou que exijam destaque para fins dessa pesquisa, exceto a rede de supermercados Nordestão, que, somando os valores correspondentes aos cinco CNPJ que apresenta nos extratos do cartão de pagamento das unidades gestoras UFRN e CCS, resulta no montante de R\$ 15.745,92 em 2013 e R\$ 12.672,13 em 2012 que correspondem a aproximadamente 32,33% e 29,39%, respectivamente, dos recursos gastos a título de suprimento de fundos na universidade em cada ano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados evidenciam características da utilização de suprimento de fundos na UFRN. Quando se trata da despesa pública, as classificações da despesa com suprimento de fundos afirmam que a UFRN não utiliza suprimento de fundos em despesas de capital, entendidas como aquelas que estão diretamente ligadas com a formação ou aquisição de um bem de capital.

Os programas e ações nos quais estão inseridos as despesas com suprimento de fundos estão interligadas com a atividade fim de cada unidade gestora, que são o ensino para a UFRN e seus centros e a saúde para o Complexo Hospitalar.

Acerca do perfil dos servidores que são portadores do CPGF, percebeu-se similaridade entre o seu cargo e o produto ou serviço fruto do uso de suprimento de fundos. Da mesma forma, ficou evidenciado que ser cargo em gratificação não é condição para ser portador de suprimento de fundos.

As mudanças ocorridas no processo de uso de suprimento de fundos, no que se refere à redução do número de portadores do CPGF, por exemplo, podem ser comuns, principalmente quando há troca de gestores, pois novas necessidades podem ser sentidas. Isso não implica, necessariamente, na má gestão de recursos, desde que todos os gastos decorrentes de suprimento de fundos estejam em consonância com a legislação. Trata-se, pois, da essência do uso.

Por fim, sobre o uso de suprimento de fundos, entende-se que essa modalidade de despesa é necessária e, de certa forma, inelutável no cotidiano de uma gestão pública, sob a alegação de que o caráter de agilidade com que se desenvolve a execução desse tipo de despesa pode trazer maior eficiência para a gestão pública.

A pesquisa tem como grande contribuição a sua aplicabilidade. Isso ocorre na medida em que se dispôs a desenvolver um procedimento metodológico que pode ser utilizado em outras realidades, como universidades, institutos ou qualquer órgão público que tenha dados sobre suprimento de fundos divulgados em portal de transparência.

Entende-se que a extensão dessa pesquisa é necessária. A cópia das notas fiscais anexadas nas prestações de contas pelos servidores seria um grande passo para subsidiar análises mais detalhadas acerca do uso de suprimento de fundos na UFRN. A cópia do processo de requisição do uso do CPGF, bem como as notas de substituição do subitem das despesas de 2013, seriam bases para um aprofundamento da pesquisa. Comparar o uso da despesa na UFRN com outras



universidades a fim de observar as possíveis relações existentes, aumentar o período de tempo analisado, confrontar os dados decorrentes do empenho com os produtos finais adquiridos e confrontar se o inciso declarado como amparo legal na nota de empenho corresponde ao tipo de material ou serviço adquirido são ideias que também sustentam futuras pesquisas.



REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, J.E. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Decreto n. 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. Processo de Contas Anuais: Secretaria Executiva: Relatório de gestão do exercício de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14038&option=com_content&view=article> Acesso em: 24 jan. 2015

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Relatório de Gestão de 2012. Disponível em: <<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056332#.VNfAOJ3F9qU>> Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Relatório de Gestão de 2013. Disponível em: <<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056332#.VNfAOJ3F9qU>> Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 5. ed. Brasília: Secretária do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2013.

_____. Presidência da República. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência do



Governo Federal. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/>> Acesso em: 15 set. 2014.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)**. Disponível em:
<<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/>> Acesso em: 06 jan. 2014.

CAMPOS, M. A. M.; CHAVES, P. R. B. **Transparências dos gastos federais: o controle externo sobre os recursos aplicados por meio do suprimimento de fundos**. 2006. 96 f. Monografia (Especialização em Contabilidade Pública e Orçamento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARREGAL, João Paulo de Souza. **A inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS**. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2009/Joa%20Paulo%20MONOGRAFIA%20EM%20PDF%20\(completa\).pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2009/Joa%20Paulo%20MONOGRAFIA%20EM%20PDF%20(completa).pdf)> Acesso em: 20 jan. 2015

CARVALHO, D.; CECCATO, M. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B de; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. de B.; In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.